

Senado vota o projeto que altera Código de Mineração

Proposta de autoria do Executivo e já apreciada pela Câmara dos Deputados pretende "simplificar e desburocratizar" o acesso aos recursos do subsolo brasileiro



Pedro Simon



Júlio Campos

Saúde exige mudança social profunda, adverte Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) advertiu ontem que não é lícito esperar-se uma redução significativa de saúde do País sem a realização de mudanças sociais profundas. Ele citou o relatório sobre Desenvolvimento Humano, divulgado pela ONU, que coloca o Brasil entre os campeões de má distribuição de renda. Segundo disse, no País, os 20% mais ricos detêm 65% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com 12%.

A íntima relação entre desenvolvimento e saúde fica evidenciada, na opinião do senador, ao se verificar que os contrastes regionais se aprofundam quando o tema é a saúde. Nas áreas mais po-

bres e de população mais jovem, como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, segundo Alcântara, espalham-se as mortes por doenças infecto-contagiosas, típicas de países de terceiro mundo. Por outro lado, no Sul e no Sudeste, a maior incidência de óbitos é por doenças cardiovasculares, à semelhança dos países ricos.

As internações motivadas por doenças infecciosas ou parasitárias correspondem a apenas 5,5% do total em São Paulo, atingindo 17% em Roraima. Inversamente, infartos do miocárdio correspondem a 11% das internações paulistas e não passam de 2,2% em Roraima, salientou Alcântara.



Alcântara

O Senado deve votar hoje, em turno único, o projeto de lei que altera dispositivos do Código de Mineração. Encaminhado pelo Executivo ao Congresso em 1993, e já apreciado pela Câmara dos Deputados, o texto pretende "simplificar e desburocratizar o acesso aos recursos minerais do subsolo brasileiro", conforme exposição de motivos do então ministro de Minas e Energia, Paulino Cícero de Vasconcellos. Em turno suplementar, deverão ser votados os substitutivos do Senado ao projeto de lei da Câmara que disciplina o regime de trabalho da categoria dos trabalhadores domésticos e àquele que institui a obrigatoriedade da indicação do RG ou do CPF e do CGC do devedor nas certidões relativas a protesto de títulos.

Em discussão, amanhã, estão o projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que institui o número único de registro civil, o projeto de lei da Câmara que cria a Carteira de Identidade Única, a proposta de emenda constitucional que trata da reforma da educação, o projeto de lei do senador Júlio Campos (PFL-MT) que

institui o Registro Único para a identificação dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no País, o substitutivo ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas e o projeto de lei do senador Júlio Campos que altera a lei sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

Na pauta de amanhã, (quarta-feira), está prevista a discussão, em turno suplementar, de três substitutivos do Senado a projetos de lei da Câmara: o que altera a lei que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico, o que amplia os limites do Parque Nacional do Superagui e o que altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas.

Também deverão ser discutidos amanhã, em turno único, o projeto de lei do senador Freitas Neto (PFL-PI) que cria área de livre comércio nos municípios de Parnaíba e Luís Correia e o projeto de resolução que cria a Rádio Senado.

**Globalização
preocupa Emília
e Josaphat**

Página 3

**Lobão e Hollanda
pedem reformas
na educação**

Página 2

Hollanda prega mudanças na educação

Senador concorda com a política do MEC de avaliar a qualidade do ensino no País, mas defende que a iniciativa deva vir acompanhada de alternativas e resultados práticos

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou ontem que o sistema educacional brasileiro encaminha-se para um colapso caso não passe por profundas mudanças estruturais. Segundo o senador, a proposta do Ministério da Educação e do Desporto de realizar uma avaliação da qualidade de ensino deve servir não apenas para que se tome consciência da lastimável realidade educacional, mas, sobretudo, para apontar caminhos e alternativas para que esse estado de coisas seja superado.

O senador disse que essa avaliação deve ser realizada de modo constante e eficiente pelos sistemas estaduais de ensino, cuja descentralização proporcionará uma análise mais próxima e mais completa da



Joel de Hollanda

complexa realidade educacional. Além disso, deve considerar atentamente experiências de ensino que têm dado certo.

- A avaliação permanente deve ter um papel de destaque na revolução educacional de que o País necessita. Precisa-

mos praticar também a avaliação da avaliação, para que essa produza diagnósticos mais completos, com resultados práticos mais efetivos - disse o senador.

Joel de Hollanda destacou que o governo não pode deixar de levar em conta as variáveis sócio-econômicas, mostrando em que extensão a insuficiência do rendimento escolar relaciona-se à pobreza e à desnutrição, ou ainda pela necessidade de o jovem ingressar no mercado de trabalho. O senador afirmou que o programa de bolsa-escola, que vem sendo praticado no Distrito Federal, e cuja extensão para todo o País é estudada pelo governo federal, representa uma resposta concreta e provavelmente eficaz para superar o triste quadro em que pobreza e pre-

cária educação se conjugam e se alimentam mutuamente.

Para Joel de Hollanda, a priorização do ensino fundamental, patente no discurso do MEC, deve passar, necessariamente, pela valorização dos seus professores. O senador disse que são imprescindíveis melhores níveis salariais, juntamente com o ingresso por concurso, para que sejam selecionados e mantidos no sistema educacional, com o necessário estímulo, profissionais os mais capacitados. O senador considera correta, por outro lado, a concentração de esforços do poder Executivo em fornecer para os alunos carentes livros didáticos de boa qualidade, fazendo com que cheguem em tempo hábil aos seus destinatários.

Lobão questiona prioridade à informatização

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que metade das escolas brasileiras não tem luz elétrica; um quarto delas não possui mesa para a professora; em 11% das escolas públicas do Nordeste rural os alunos sentam-se no chão; e em 47% das escolas públicas brasileiras, há menos carteiras escolares que alunos. A seu ver, será muito difícil que essas escolas possam tirar proveito dos computadores que o governo federal pretende enviar-lhes. Lobão comentou que o Ministério da Educação está coordena-

ndo um projeto de distribuição de 300 mil computadores para 23 mil escolas públicas brasileiras.

Edison Lobão lembrou ainda que 27% das escolas públicas brasileiras não têm água corrente, poço ou nascente. Ele ressaltou que 48% dessas escolas estão no Nordeste. Esses dados, segundo o senador, foram apurados em pesquisa de 1995, feita pelo Ipea e pelo IBGE, que constataram tam-



Edison Lobão

las não tem banheiro dentro do prédio.

- Antes de lançar as escolas públicas brasileiras na cibernetica, o Brasil devia primeiro organizá-las, oferecer bons professores e supri-las de infra-estrutura - afirmou Lobão. - Ao invés de o governo idealizar a distribuição de computadores, mais conveniente seria a criação de centros de informática nas cidades de médio e grande porte, a fim de atender aos alunos carentes. Tais centros re-

ceberiam também os alunos das cidades vizinhas, cabendo aos poderes públicos criar bolsas de estudo com esse objetivo.

Lobão avalia que os custos dessa iniciativa seriam menos elevados que o investimento em computadores. O projeto de informatização das escolas, segundo disse, absorveria R\$ 500 milhões, a serem repassados pelo governo ao Ministério da Educação. O senador acredita que o Brasil não pode dar prioridade aos computadores sem antes resolver outras questões prioritárias.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

10h - Despachos internos

11h30 - Recebe o deputado Paulo Bauer (PFL/SC)

14h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: *Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 30/96, que trata da reforma da educação; *Substitutivo ao PLC nº 41/91, que discipli-

na o regime de trabalho da categoria dos trabalhadores domésticos; *Substitutivo ao PLC nº 153/93, que institui a obrigatoriedade da indicação do RG ou do CPF e do CGC do devedor nas certidões relativas a protesto de títulos; *PLC nº 117/94, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227/67; *PLS nº 32/95 (tramitando em conjunto com o PLC nº 66/95 e o PLS nº 251/95), que institui o número único de registro civil; *Substitutivo ao PLC nº 54/93, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas; e PLS nº 82/95, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

Suplicy pede que FHC reflita sobre crítica de sociólogo francês

E lista os desafios ao Presidente: manter o estado de direito, fortalecer o poder central e combater as desigualdades sociais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a entrevista do sociólogo francês Alain Tourraine deveria ser vista como um conselho ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. O senador comentou ter o sociólogo francês afirmado que o Brasil necessita do fortalecimento de seu poder central, além de ter criticado a aliança feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com os partidos conservadores para se eleger.

Segundo Suplicy, Tourraine - que é amigo pessoal de Fernando Henrique Cardoso desde que ambos lecionaram na Universidade de Sorbone, na França - disse que o sistema político do Brasil é "débil", o Presidente tem poucos poderes,



Eduardo Suplicy

além de criticar as desigualdades sociais no País. O sociólogo francês teria dito ainda que a aliança que elegeu Fernando Henrique não chegou a ser "catastrófica", porque tinha como base a manutenção do estado de direito. No entanto, o Presidente começa a perder o

apoio de parte da "oligarquia" que o elegeu, especialmente a elite empresarial paulista.

Eduardo Suplicy destacou os três grandes desafios ao presidente Fernando Henrique Cardoso, apontados pelo sociólogo francês: o primeiro é a manutenção do estado de direito; o segundo é o fortalecimento do poder central do Estado; e o terceiro o combate às desigualdades sociais. Segundo o sociólogo, o Brasil não pode continuar sendo o campeão nesta matéria. O senador pediu mais empenho de FHC no combate à miséria e às desigualdades sociais. Disse que tentou, sem sucesso, conversar com FHC sobre a questão, com quem também queria discutir o Programa de Renda Mínima.



Emília Fernandes

Emília alerta para causas do desemprego

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) destacou ontem o Congresso sobre Globalização e suas Consequências para a Economia Brasileira, realizado no último fim de semana pela Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, órgão que congrega 63 entidades sindicais paulistas. No encontro, a senadora fez uma exposição abordando o tema "A Globalização e seus Efeitos sobre os Trabalhadores", em que destacou, especialmente, a situação do emprego no País.

Ela advertiu que a taxa de desemprego vem batendo recordes a cada mês no Brasil, já tendo atingido, segundo dados do Dieese, citados pela senadora, o índice de 16,3% em São Paulo. Emília Fernandes elogiou a disposição dos trabalhadores brasileiros de procurarem, por meio de debates com os demais setores da sociedade, a compreensão do fenômeno mundial da globalização e a busca de soluções concretas para as dificuldades que atingem suas bases.

A senadora gaúcha pediu a transcrição nos Anais do Senado das resoluções do congresso realizado pelos comerciários paulistas, entre as quais a promoção de alternativas para a obtenção de casa própria, a manutenção da contribuição sindical, da estrutura sindical e da representação paritária na Justiça do Trabalho e o repúdio à globalização, entre outras.

Josaphat vê com reservas globalização da economia

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou ontem que o Estado brasileiro não pode eximir-se, no processo de globalização da economia, da sua tarefa de promover a correção de desigualdades e desequilíbrios entre as regiões do País. Para ele, o fortalecimento do poder econômico privado, sem que o Estado esteja juridicamente bem estruturado, pode significar um aumento das distorções já existentes no desenvolvimento do País.

- O poder econômico privado cuida dos seus interesses, busca o lucro. Não tem por finalidade corrigir distorções, evitar desigualdades - afirmou Josaphat Marinho. - É necessário

que se tenha, no Brasil, um Estado forte o bastante para resistir aos excessos da economia liberal e atender aos interesses dos que se encontram excluídos do processo de desenvolvimento e de civilização.

Na opinião do senador, por ser esse o entendimento adotado pela maioria das nações, generaliza-se no mundo a tese de "despedida já!" do neoliberalismo. Para ele, os países do Leste europeu, embora não desejem mais o regime comunista, repelem o neoliberalismo e encontram, no estilo de ação mais socialista, a posição



Josaphat Marinho

intermediária, "capaz de reduzir o arbítrio do Estado, mas em condições de garantir ação redutora das desigualdades e ampliadora do bem-estar social".

- O Brasil deve receber as idéias gerais do mundo, mas tem que definir os seus interesses particulares, resguardar suas peculiaridades. Isso significa, principalmente, agir com planejamento, única forma de se alcançar um desenvolvimento equilibrado - afirmou Josaphat Marinho.

Comissão da Amazônia ouve na quinta governador do Amapá

Projetos de Lobão, Valmir, Bianco e Osmar estão em pauta na reunião de amanhã, às 10h, da Comissão de Assuntos Econômicos

A Comissão de Assuntos Econômicos deverá examinar amanhã, às 10h, projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que dispõe sobre a compensação de créditos entre as pessoas jurídicas de direito público e as pessoas jurídicas de direito privado. A comissão também irá deliberar sobre projeto do senador José Bianco (PFL-RO) que trata do custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial.

A CAE deve apreciar ainda projeto do senador Osmar Dias (PR) que proíbe o uso de substâncias anabolizantes para aumentar a massa corporal em animais de abate e projeto do



José Bianco

senador Valmir Campelo (PTB-DF) que prevê a redução no valor das tarifas dos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais para estudantes.

O governador do Amapá,

João Alberto Capiberibe, deverá ser ouvido pela comissão temporária que busca a definição de uma política para o desenvolvimento da Amazônia nesta quinta-feira, às 10 horas. Ele irá apresentar sugestões sobre o projeto auto-sustentável aplicado naquele estado. Logo depois, às 11 horas, haverá exposição do secretário de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal, José Seixas Lourenço.

A denominada Comissão da Amazônia vai ouvir na próxima semana o prefeito de Rio Branco, Jorge Viana, e o professor paraense Armando Mendes.



Bernardo Cabral

Cabral exige cuidado com Zona Franca

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ontem que as notícias dando conta de que o governo pretende reformular a Zona Franca de Manaus levam inquietação aos amazonenses e às indústrias lá instaladas. Ele citou especialmente o noticiário publicado domingo (dia 4) pelo jornal *Folha de S. Paulo*, trazendo ainda declarações de empresários prevendo o fim da aquele pólo industrial.

Bernardo Cabral ressaltou recente afirmação do presidente Fernando Henrique Cardoso, que teria dito ser a Zona Franca de Manaus intocável e recomendou ao governo atenção e cuidado na reforma que pretende fazer naquela área.

- Sem a Zona Franca, o amazonense não vive. Ela é responsável por 90% da arrecadação do estado - afirmou Cabral.

Senado tem programa para melhorar a qualidade de vida dos servidores

Objetivando a qualidade de vida do servidor, a Subsecretaria de Relações Públicas realiza amanhã e depois (quarta e quinta-feiras) um ciclo de palestras destinado a propiciar a integração dos funcionários mediante programas direcionados para o desenvolvimento profissional e o crescimento pessoal.

A iniciativa, denominada *Projeto Cisne*, pretende orientar e conjugar esforços dos vários setores do Senado, com

a finalidade de aumentar o índice de satisfação dos servidores, melhorando assim o desempenho no trabalho. O projeto é integrado por programas e atividades anti-estresse, condicionamento físico, seminários-encontros, ioga e *workshops* de criatividade.

Amanhã, a professora Cibele Hammes, funcionária da Subsecretaria de Relações Públicas, abrirá o encontro no auditório Petrônio Portella, e o palestrante será o professor

Ronaldo de Moraes, que tem 15 anos de experiência na área de treinamento do Banco do Brasil. Ele falará sobre *Stress e Vitalidade*.

Na quinta-feira, na sala de aula do Cedesen (23º andar do anexo I), a palestra será proferida pelo professor Francisco Pol, criador, fundador e presidente da Fundação Universidade da Vida. Seu tema: *Autodinamização*.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELO SENADOR VALMIR CAMPELO

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ermandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal